

Plano Baker precisa de ajustes

JORNAL DO BRASIL
Barber Conable

Há cerca de três anos chegou-se a um consenso sobre a questão da dívida externa dos países em desenvolvimento: eles deveriam fazer ajustes econômicos para permitir a retomada do desenvolvimento econômico e para isso teriam a ajuda financeira do exterior, do crescimento dos países industrializados e do comércio mundial. Esse consenso ganhou um nome — Plano Baker — por ter sido proposto pelo ex-secretário do Tesouro dos EUA James Baker.

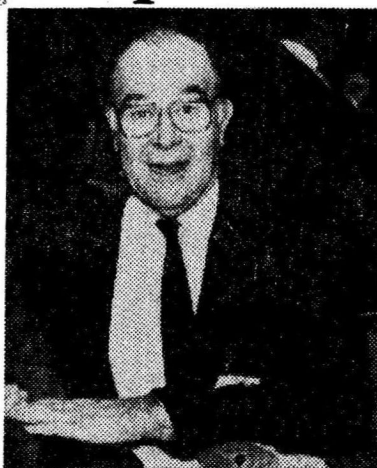
Hoje, apesar de ter-se feito algum progresso, o fim da crise da dívida parece distante. Entre os fatos positivos, o de que a ameaça sobre o sistema bancário internacional diminuiu. Os bancos comerciais dos países industrializados fortaleceram seus balanços, reduziram suas *exposures*, aumentaram suas provisões de reservas para devedores duvidosos, bem como a capacidade para absorver melhor as perdas com a venda de títulos da dívida no mercado secundário. Além disso, nesse período, o crescimento econômico dos países industrializados superou as previsões e alguns devedores conseguiram fazer ajustes em suas economias.

Mas a maioria dos países devedores hoje não se encontra em melhor situação que em 1982 quando começou a crise da dívida. Alguns — como os países de renda mais baixa do Sul do Saara — na verdade estão em situação muito pior do que há seis anos. São 17 os países altamente endividados, muitos latino-americanos, entre eles Brasil, México e Argentina.

A renda per capita dos maiores devedores caiu praticamente todos os anos desde 1980. O padrão de vida nos países do Sul do Saara vem declinando por mais de uma década e situa-se nos níveis dos anos 70.

A remessa líquida de capital dos países em desenvolvimento para os industrializados aumentou de US\$ 10,2 bilhões em 1984 para prováveis US\$ 43 bilhões em 1988. No período 1985-1987, os maiores devedores enviaram US\$ 74 bilhões para os países industrializados, cerca de 3% do conjunto de seus Produtos Internos Brutos e deixaram de investir internamente os mesmos 3%.

Este ano os países do Sul do Saara — cujas dívidas foram feitas com *credores oficiais*, governos, agências e instituições



Barber Conable é presidente do Banco Mundial. Este artigo foi publicado na edição de 3 de janeiro do Los Angeles Times.

* 9 JAN 1989

internacionais — tiveram boas notícias. Em junho de 1988, na reunião de cúpula de Toronto os líderes dos sete países mais industrializados, decidiu-se por uma atitude mais flexível para com os devedores africanos de baixa renda. Perdão parcial da dívida, ampliação dos prazos e juros mais baixos estão entre as opções aprovadas. Tais medidas — e outras adotadas pela comunidade internacional — ajudaram a diminuir o peso da dívida em alguns desses países, mas não representam uma solução para as dificuldades econômicas da região.

A maior parte da dívida dos maiores devedores porém é com *credores privados* — bancos comerciais dos países industrializados e portanto a eles não se aplicam as medidas adotadas para os países africanos.

O Plano Baker previa empréstimos adicionais para os maiores devedores a fim de que pudessem pagar seus débitos ao mesmo tempo que manter o ritmo de desenvolvimento. Desde 1985, no entanto, os empréstimos líquidos a longo prazo por parte dos credores privados vêm declinando. No final de 1988 tornou-se claro que para muitos desses devedores o Plano Baker de nada servia.

Credores e devedores começam então a adotar mecanismos visando a reduzir a dívida. Muita expectativa foi colocada no *mercado* — o desconto que os credores estavam dispostos a conceder para dar baixa nos títulos dos devedores

de seus balanços. A conversão da dívida através da qual o credor troca o débito por investimentos no país devedor, cresceu rapidamente. No primeiro semestre de 1988 atingiram um volume cerca de 90% maior do que o de todo o ano precedente. A maioria dos credores concentrou em alguns países como Brasil, Chile e México os US\$ 8,8 bilhões que converteram no primeiro semestre de 1988. Uma quantia impressionante excepto se comparada com a dívida atual dos maiores devedores: US\$ 527 bilhões.

O que deve ser feito?

É tempo de retomar o consenso de 1985 para modificar e adaptar o Plano Baker. A ajuda aos países de renda mais baixa do Sul do Saara que se dispõem a ajustar suas economias deve continuar e ampliar-se. Os principais sócios nesse trabalho serão os governos africanos e seus credores oficiais — governos e agências internacionais como o Banco Mundial, que fornecerão o grosso da ajuda financeira.

Para os maiores devedores, a ênfase deve ser dada aos investimentos produtivos que lhes permitam desenvolver-se de forma a superar a atual crise da dívida. Medidas espontâneas de redução dos débitos podem redirecionar os recursos financeiros do pagamento da dívida para os investimentos produtivos. As autoridades fiscais e bancárias dos países industrializados podem ajudar nesse trabalho criando novas regras contábeis para as provisões por perdas dos bancos e para as perdas reais. Os bancos comerciais devem encontrar maneiras de partilhar os descontos do mercado secundário com os devedores que estão firmemente decididos a reformar suas economias. As políticas comerciais dos países industrializados que impedem as importações dos em desenvolvimento deveriam ser mudadas.

O Banco Mundial está preparado para aumentar os novos empréstimos aos países e continuar atuando como catalizador para os novos empréstimos dos bancos comerciais a esses países. Na verdade, todas as propostas gerais para tratar da crise da dívida dos países em desenvolvimento — algumas sugerem que ela tem uma solução simples e global — criam novos problemas para os quais não apresentam soluções. Não é realista na hora atual esperar apoio financeiro público para planos mais amplos de redução da dívida.